



DN

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Quarta-feira, 04 de Setembro de 2024 - Edição nº5158

De Segunda à Sexta - Editor interino: Laurindos Macuácuca - cell:820720400
Propriedade: Media - Jornalistas Associados Limitada - GABINFO-Dispensa de Registo - DE-2003

Redacção e Administração: Rua Dom João Castro, 321- Maputo - Moçambique

Telefone: 844719596 ou 875431598

E-mail: dndemoc@gmail.com

Assinaturas mensais: 700,00 MT (ordinária),
1.300,00 MT (institucional) e 1.750,00 MT (embaixadas e ONGs estrangeiras)



25 anos ao seu dispor - Tel: 21 492706/7

Rua Dom Joao Castro, 321 - Maputo

miramarkayakwanga@tdm.co.mz

DÍVIDAS OCULTAS

Advogado da família Guebuza nega ter sido detido

(Maputo) O advogado da família do ex-Presidente Armando Guebuza, Alexandre Chivale, negou ontem que tenha sido detido na segunda-feira, afirmando que foi à Procuradoria-Geral da República voluntariamente e “não sob custódia”.

“Saí a conduzir no meu próprio carro, sem custódia de ninguém, fui à Procuradoria, cheguei lá e falei com a Procuradora-chefe”, disse o advogado. Chivale afirmou que a magistrada lhe disse para ir ao Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, para se inteirar de um processo-crime sobre desobediência.

“Disse [à Procuradora-chefe] que ainda bem que tomei conhecimento deste processo, porque houve uma notificação, constituí

advogado e o advogado interpôs recurso”, acrescentou.

Fontes da Procuradoria-Geral da República e do Serviço Nacional de Migração disseram segunda-feira que Chivale foi detido, por algumas horas, em Maputo, numa repartição do Estado, para onde se tinha dirigido para tratar do seu passaporte, na sequência de um mandado judicial pelo crime de desobediência.

O alegado crime remonta a 2022 quando o advogado se recusou a comparecer em tribunal, como declarante no processo das dívidas ocultas, em que era defensor de Ndambi Guebuza, filho mais velho de Armando Guebuza e arguido no caso.

Chivale negou que tenha fugido do país, após a instauração do aludido processo por desobediência, referindo que foi ao estrangeiro passar férias, porque não descansava desde que foi constituído advogado da família de Armando Guebuza, no

processo do homicídio, em 2016, de Valentina Guebuza, filha do antigo Presidente da República.

“Eu saí do país porque precisava de descansar”, afirmou. “Desde a morte da Valentina [Guebuza], em 2016, que eu nunca tive descanso nenhum”, insistiu, para sublinhar que não fugiu da justiça.

Sem dar detalhes, Alexandre Chivale alegou que havia um “plano macabro” para o esfaquear mortalmente na cadeia, caso tivesse sido preso. “O plano macabro que existia era de me prender para criar uma rixa na cadeia e alguém havia de me esfaquear”, afirmou em alusão à alegada pretensão de o matarem.

Chivale considerou “ilegal” que o tribunal que julgou o processo das dívidas ocultas o tenha afastado da função de advogado e o tenha tornado declarante, o que originou depois o processo sobre desobediência. (Redacção)

ALERTA SER “OBRIGATÓRIO” PARA O EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE NO PAÍS

Ordem dos Enfermeiros de Moçambique dá 45 dias para regularização de inscrições

(Maputo) A Ordem dos Enfermeiros deu um prazo de 45 dias para

os profissionais da classe regularizarem inscrições na agremiação, alertando ser

“obrigatório” para o exercício da actividade no país.



No comunicado refere-se que a inscrição na ordem é de carácter “obrigatório” para o exercício da enfermagem em Moçambique, apontando que o incumprimento incorre ao crime de exercício ilícito da profissão, podendo ser punido com uma pena de prisão de seis meses a dois anos e uma multa.

“Não persistem dúvidas de que os profissionais de enfermagem não inscritos na Ordem dos Enfermeiros de Moçambique estão impedidos de continuar a exercer a actividade de enfermagem”, lê-se no documento da ordem em que se acrescenta que, do ponto de vista legal, “a inscrição e o reconhecimento pela ordem dos enfermeiros são condições obrigatórias para o exercício de enfermagem em Moçambique”.

Em declarações aos jornalistas, a bastonária da Ordem dos Enfermeiros de Moçambique, Maria Acácia Lourenço, acrescentou que a entidade fará “fiscalização” nas unidades sanitárias e destacou que o profissional que for encontrado em situação de “irregularidade” será suspenso de exercer a actividade.

“É obrigatório que todo o enfermeiro que quer exercer a profissão de enfermagem no território moçambicano seja registado na ordem”, declarou aos jornalistas a bastonária da ordem.

Em reacção, a Associação Nacional dos Enfermeiros de Moçambique acusou a ordem dos enfermeiros de “estar focada no dinheiro” e não nos profissionais da classe.


“Existem enfermeiros que devem pagar variantes de nove

mil meticais a 22 mil meticais, então é um valor muito alto, atendendo que, num passado recente, os enfermeiros estiveram em greve por causa de questões financeiras”, referiu o presidente da associação, Raul Piloto.

O vice-bastonário da Ordem dos Enfermeiros de Moçambique esclareceu ontem que os montantes a pagar resultam de dívidas acumuladas pelos profissionais “de forma deliberada”, reiterando que o vínculo à agremiação não é “facultativo, mas obrigatório”.

“A partir do momento em que eu tomo a decisão de exercer a profissão, eu já tenho minhas obrigações com a ordem (...). Esta questão da prestação de quotas não é o único dever dos profissionais de enfermagem”, concluiu Grácio Fenias Guambe. **(Redacção)**



22 Rapid Street, Nelspruit(Entrada pela BP Riverside)
Coordenadas GPS: 845767485; 822999735 / Email info@galeria.co.za
Celular: +27 79 981 9637 +27 82 966 1652
www.galeria.co.za  Galeria Furniture Store Nelspruit

galeria antarte

LUXURY DESIGNER FURNITURE FROM PORTUGAL

Ruanda manifesta empenho na erradicação do terrorismo

(Maputo) O comandante das forças do Ruanda que combatem a insurgência em Cabo Delgado disse que o seu país continua empenhado contra o “terrorismo”, depois de militares ruandeses terem sido alvo de um ataque rebelde no sábado.

“Os nossos povos são amigos e os nossos Presidentes [de Moçambique, Filipe Nyusi, e do Ruanda, Paul Kagame] também são amigos e, por isso, estamos empenhados na erradicação destes terroristas”, afirmou Alex Kagame.

Kagame falava na segunda-feira num encontro com a população da vila de Mocímboa da Praia, onde, no sábado, militares do Ruanda foram alvo de uma “emboscada” por insurgentes. O comandante do exército ruandês não se pronunciou sobre o ataque, mas reiterou o objectivo de eliminação dos rebeldes que protagonizam ataques na província de Cabo Delgado.

Alex Kagame também manifestou a disponibilidade das forças ruandesas de se envolverem em projectos sociais, como a construção de mercados e escolas, mantendo uma iniciativa que desenvolvem

desde 2023.

No ataque de sábado, uma menina morreu vítima de uma “bala perdida” disparada pelos rebeldes, de acordo com informações prestadas pelo administrador de Mocímboa da Praia, Sérgio Cipriano.

“A rapariga foi atingida no abdómen e não resistiu aos ferimentos”, afirmou Cipriano.

Descrevendo o ataque no “raio autárquico” como “surpresa”, dado que é controlado pelas forças do Ruanda, consideradas mais eficazes, o administrador de Mocímboa da Praia avançou que os militares daquele país ainda não se pronunciaram sobre eventuais baixas no seu seio, nem há ainda dados sobre possíveis insurgentes mortos ou feridos no confronto.

“Ainda não nos informaram absolutamente nada”, afirmou.

Sérgio Cipriano disse que populares relataram que os insurgentes terão tentado atacar um quartel do exército moçambicano noutras incursões ocorridas no sábado na região, mas essas investidas ainda não foram confirmadas.

A vila de Mocímboa da Praia esteve sob controlo dos

grupos armados que actuam em Cabo Delgado, durante cerca de um ano, tendo sido libertada pelas forças governamentais do Ruanda e de Moçambique, em Agosto de 2021.

Desde Outubro de 2017, a província de Cabo Delgado, rica em gás, enfrenta uma rebelião armada com ataques reclamados por movimentos associados ao grupo extremista Estado Islâmico.

O último grande ataque deu-se em 10 e 11 de Maio, à sede distrital de Macomia, com cerca de uma centena de insurgentes a saquearem a vila, provocando vários mortos e fortes combates com as Forças de Defesa e Segurança de Moçambique e militares ruandeses, que também apoiam Moçambique no combate aos rebeldes.

Desde o início de Agosto, diferentes fontes no terreno, incluindo a força local, têm relatado confrontos intensos nas matas do posto administrativo de Mucojo (Macomia), envolvendo helicópteros, blindados e homens fortemente armados, com relatos de tiroteios em locais considerados como esconderijos destes grupos. (Redacção)

AVISO

Renovação de assinaturas para 2024

A direcção comercial da Media Jornalistas Associados, empresa proprietária do jornal *DIÁRIO DE NOTÍCIAS*(DN), informa que está aberta para novas subscrições e renovação de assinaturas para o ano 2024. Por favor contactar através do e-mail diariodenoticias@tvcabo.co.mz ou pelos telefones celulares 84 4719596 / 820720400.

Atenciosamente
Sector Comercial

Mota-Engil reforça contrato mineiro no país em 576 milhões de dólares

(Maputo) A Mota-Engil anunciou ontem o aumento em 576 milhões de dólares da carteira de encomendas do mercado moçambicano na sequência da alteração e extensão do contrato mineiro em Moatize, província de Tete.

“Dando continuidade aos serviços prestados no âmbito do projecto de mineração na Mina de Moatize, localizada na vila de Moatize, província de

Tete, a 1.500 km (quilómetros) a norte da capital Maputo, Moçambique, a Mota-Engil África assinou uma nova adenda ao contrato actual, a qual prevê a extensão do seu prazo para 31 de Dezembro de 2027”, lê-se num comunicado enviado ontem à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

De acordo com o grupo de construção civil português, a alteração e extensão deste

contrato – estabelecido com a Vulcan S.A., subsidiária do Grupo Jindal — “adicionam um valor de 576 milhões de dólares à carteira de encomendas do mercado moçambicano, reforçando a estabilidade e previsibilidade das actividades de ‘contract mining’ na região de África, a qual vê a sua carteira de encomendas, na referida actividade, atingir os 3.500 milhões de dólares”(R)

ÀS VÍTIMAS DE ATAQUES ARMADOS EM CABO DELGADO

Reino Unido disponibilizou 22 milhões de libras em apoio humanitário desde 2019

(Maputo) A alta-comissária do Reino Unido em Maputo disse ontem que o país disponibilizou cerca de 22 milhões de libras, desde 2019, para apoio humanitário às vítimas de ataques armados em Cabo Delgado.

“É importante ter uma abordagem um pouco abrangente com este problema de insegurança e terrorismo e, por isso, [fornecemos] ajuda humanitária para as pessoas”, disse Helen Lewis, à margem de uma cerimónia de despedida de estudantes moçambicanos com bolsa para mestrado no Reino Unido.

O valor foi desembolsado para projectos em benefício de famílias mais vulneráveis nas áreas de saneamento, água e abrigo, na província de Cabo Delgado, assolada por um conflito que chegou a provocar mais de um milhão de deslocados, segundo dados oficiais.

“Para as pessoas deslocadas, estes aspectos são cruciais”, frisou Helen Lewis, assinalando a parceria “muito ampla e duradoura” entre o Reino Unido e Moçambique.

A província de Cabo Delgado, rica em gás, enfrenta, desde Outubro de 2017, uma rebelião armada com ataques reclamados por movimentos associados ao grupo extremista Estado Islâmico.

O último grande ataque deu-se em 10 e 11 de Maio, à sede distrital de Macomia, com cerca de uma centena de insurgentes a saquearem a

vila, provocando vários mortos e fortes combates com as Forças de Defesa e Segurança de Moçambique e militares ruandeses, que também apoiam Moçambique no combate aos rebeldes.

Desde o início de Agosto, diferentes fontes no terreno, incluindo a força local, têm relatado confrontos intensos nas matas do posto administrativo de Mucojo (Macomia), envolvendo helicópteros, blindados e homens fortemente armados, com relatos de tiroteios em locais considerados como esconderijos destes grupos.(Redacção)

DN DIÁRIO DE NOTÍCIAS

**CARO EMPRESARIO E LEITOR
ANUNCIE SEUS SERVIÇOS E ASSINE O**

DIÁRIO DE NOTÍCIAS